

A PESQUISA E AS RELAÇÕES DISCIPLINARES DA ARQUIVOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE

Angelica Alves da Cunha Marques (Universidade de Brasília)

1 INTRODUÇÃO

Este texto relata parte das discussões e reflexões apresentadas no Painel Diálogos da Arquivologia 1, realizado de forma híbrida (apresentação presencial, com transmissão *on-line*), no dia 21 de junho de 2022, durante a VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). Tive a honra de compartilhá-lo com o Doutor Vicenç Ruiz Gómez, arquivista do Arquivo Central da Catalúnia, para apresentarmos – com a mediação da Profesora Doutora Luciana Heymann –, nossos estudos sobre a pesquisa e as relações disciplinares da Arquivologia na contemporaneidade.

Da comissão organizadora do evento, recebi a incumbência de compartilhar os resultados da minha pesquisa acerca da produção científica brasileira no escopo da Arquivologia. Para tanto, parti de estudos anteriores, atualizados via pesquisa documental, conforme seções 2 e 3, respectivamente.

A produção supramencionada insere-se num cenário de institucionalização da disciplina no Brasil, marcado, inicialmente, pela atuação do Arquivo Nacional, criado como Arquivo Público do Império (1838). A instituição já registrava, em seus relatórios do século 19, preocupações quanto à capacitação do seu quadro técnico para a organização dos documentos públicos lá custodiados. Não por acaso, empreende esforços para a oferta de cursos com este fim, ao longo das primeiras décadas do século 20. Infrutíferos, os esforços teriam repercussões consolidadas apenas em 1960, quando da criação do Curso

Permanente de Arquivos (CPA), a partir da recomendação de um arquivista francês que viera em missão técnica ao Brasil (BOULLIER DE BRANCHE, 1975; MARQUES, 2007, 2011, 2021).

Nos anos 1970, os arquivos, os arquivistas e a Arquivologia florescem no país: é criada a Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, inaugurando o movimento associativo da área; é realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no qual é recomendado um currículo mínimo para os cursos, mediante o encaminhamento de um projeto de currículo da AAB ao Conselho Federal de Educação (CFE); o CPA tem o seu mandato universitário reconhecido em 1973, antes mesmo da sua transferência à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –, em 1977; são criados mais dois cursos de graduação em Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1976 e 1977; e as profissões de arquivista e de técnico em arquivo são regulamentadas (ARQUIVO NACIONAL, 1973; BRASIL, 1978; BOTTINO, 1994; MARQUES, 2007).

A década de 1980 movimentaria os bastidores institucionais (JARDIM, 2014), culminando na promulgação da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) no início dos anos 1990, que também acolheriam mais cursos, na Universidade de Brasília (UnB), em 1991; na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1997; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Espírito Santo, em 1999 (MARQUES, 2007).

A expansão desses cursos ocorreria nos anos seguintes, especialmente com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa instituído no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007 (BRASIL, 2007). Em 2002, foi criado o curso da Universidade Estadual Paulista João Mesquita Filho (UNESP); em 2006, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); em 2007, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); em 2008, da Fundação Rio Grande (FURG), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); em 2009, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e, por fim, em 2011, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No mesmo ano, foi criado o Programa de pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARq), como mestrado profissional, na UNIRIO. Este ainda é o único programa de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia, que compartilha, com muitos outros, pesquisas sobre a disciplina e o seu objeto de estudo, conforme apresentamos seguidamente.

Com vistas à proposta do Painel Diálogos em Arquivologia, revisitamos os estudos sobre a produção científica arquivística brasileira e os atualizamos, orientados por três questões: a) qual é a situação das pesquisas sobre arquivos e Arquivologia no Brasil? b) Qual é e onde está abrigada a produção científica sobre aspectos arquivísticos no país, considerando-se que a primeira dissertação com tema de interesse para a área data de 1972 e o PPGARQ/Unirio iniciou suas atividades em 2012? Qual é a identidade da Arquivologia como disciplina científica no Brasil?

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Levando em conta que já apresentamos os estudos acerca da referida produção em outra publicação (MARQUES, 2018) e o exíguo espaço de que dispomos nesta comunicação, aqui apresentamos uma síntese a respeito (Quadro 1).

Quadro 1 – Levantamentos da produção científica arquivística brasileira.

Autores	Fonte da pesquisa	Resultados
Rodrigues e Aparício (2002)	Catálogo de teses e dissertações do IBICT e acervo de teses e dissertações do PPGCINF/UnB	33 dissertações e teses
Cunha (2003)	Sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação que poderiam abrigar pesquisas com temas de interesse da Arquivologia	57 dissertações e teses
Fonseca (2004)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	53 dissertações e teses
Marques (2007)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	87 dissertações e teses
Silva (2009)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	97 dissertações e teses
Marques (2011)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	101 dissertações e teses
Marques e Roncaglio (2012)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	247 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações e teses
Marques (2018)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	470 TCCs, dissertações e teses

Fonte: Elaborado pela autora.

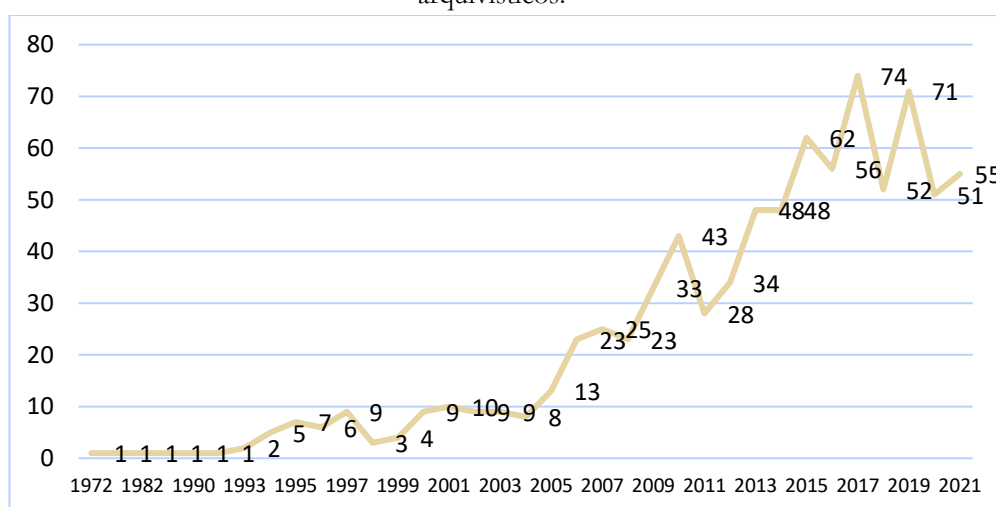
Nos oito estudos, constatamos, até a tese de Fonseca (2004), uma diversidade de métodos de pesquisa que, evidentemente, levaram a resultados diferentes. As consultas realizadas pela autora, no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – a partir dos termos arquivo, arquivística e Arquivologia –, passaram a ser utilizadas como parâmetro naquelas que a sucederam, facilitando a atualização e comparação dos dados. Observemos que, desde este estudo, os demais mapearam um número crescente de dissertações e teses com temas arquivísticos, que se somaram aos TCCs decorrentes dos mestrados profissionais, identificados a partir da pesquisa de Marques e Roncaglio (2012). Num intervalo de 14 anos entre o primeiro e o último desses levantamentos, notamos que a produção científica em questão cresceu mais de 14 vezes. E pela sua contínua dinâmica, não parou nesse quantitativo.

3 ATUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA

Ao buscarmos atualizar o último levantamento, voltamos ao Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, utilizamos os mesmos termos usados por Fonseca (2004) e chegamos a 826 TCCs, dissertações e teses, após uma cuidadosa leitura dos seus títulos e resumos.

A dissertação mais antiga que identificamos foi produzida há 50 anos (1972) e a mais recente, em 2021. Houve uma produção ascendente, destacadamente nas últimas décadas, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Anos de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.



Fonte: Elaborado pela autora.

A produção científica analisada estava distribuída em 93 instituições: universidades públicas e privadas, faculdades e institutos (Tabela 1). Dentre aquelas que tiveram pelo menos 1% das ocorrências (18), observamos que 12 abrigam cursos de graduação em Arquivologia (UnB, UFSM, UFF, UFMG, UNESP, UNIRIO, UFPB, UFBA, UFSC, UEL, UFRGS e UFPA) e uma, a UNIRIO, o PPGARq, como já mencionamos.

Tabela 1 – Instituições de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.

Instituição	%
UnB	9,69%
USP	9,20%
UFSM	8,11%
UFF	7,75%
UFMG	7,63%
UNESP	6,78%
UNIRIO	4,72%
UFPB	4,60%
UFBA	3,87%
UFSC	3,51%
UERJ	3,51%
UEL	2,30%
UFRJ	2,30%
FGV	1,94%
UFRGS	1,57%
UFRJ/IBICT	1,45%
UFPA	1,33%
UNICAMP	1,09%
UNISINOS	0,85%
UFPEL	0,85%
UFSE	0,73%
FIOCRUZ	0,61%
UFJF	0,61%
PUCCAMP	0,61%
IBICT/UFRJ	0,61%
UNILASALLE	0,61%
UFPE	0,61%

FCRB	0,48%
PUC/SP	0,48%
UFSCAR	0,48%
UFRGN	0,48%
UFGD	0,48%
UFF/IBICT	0,36%
UDESC	0,36%
UFV	0,36%
UFAM	0,36%
UFCE	0,36%
UFPN	0,36%
UFS	0,36%
UFU	0,24%
MAST	0,24%
UFRB	0,24%
CES/JF	0,24%
PUC/RJ	0,24%
UFOP	0,24%
PUCSP	0,24%
IPHAN	0,24%
FUMEC	0,24%
URI	0,12%
UCAM	0,12%
FURG	0,12%
UFPI	0,12%
UNRIO	0,12%
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	0,12%
UV	0,12%
UFPR	0,12%
UFMT	0,12%
FUVATES	0,12%
UECE	0,12%
UFCA	0,12%
UP	0,12%
IFMT	0,12%
UEMG	0,12%
INESP	0,12%
CEFET	0,12%
UNINOVE	0,12%

UNAMA	0,12%
UNIRO	0,12%
UNEMAT	0,12%
UEM	0,12%
UFAL	0,12%
UNISUAM	0,12%
UFGP	0,12%
UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA HERDY	0,12%
UESC	0,12%
UNISANTOS	0,12%
UFRR	0,12%
UNISO	0,12%
UFRRJ	0,12%
UNTAU	0,12%
FUNDAÇÃO CESGRANRIO	0,12%
UNIVILLE	0,12%
UFCSC	0,12%
UNVILLE	0,12%
UFES	0,12%
UPE	0,12%
PUCPR	0,12%
USF	0,12%
UFSJ	0,12%
USS	0,12%
PUCRS	0,12%
UESB	0,12%
UFSS	0,12%
Total	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os TCCs, as dissertações e as teses mapeadas foram produzidos em 94 programas de pós-graduação *stricto sensu*, predominantemente em Ciência da Informação (CI) (Tabela 2), o que aponta para as possibilidades de interlocução da Arquivologia com outras disciplinas e os seus vínculos político-institucionais com aquela disciplina no Brasil (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984).

Tabela 2 – Programas de pós-graduação de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.

PPGR	%
Ciência da Informação	47,82%
Patrimônio Cultural	6,90%
Gestão de Documentos e Arquivos	4,96%
História Social	4,60%
História	3,87%
Educação	3,39%
História, Política e Bens Culturais	1,94%
Memória Social	1,69%
Letras	1,69%
Artes	1,33%
Gestão da Informação	1,33%
Música	0,97%
Memória Social e Patrimônio Cultural	0,85%
Artes Visuais	0,85%
Ciências da Comunicação	0,85%
Administração	0,85%
Engenharia de Produção	0,61%
Biblioteconomia e Ciência da Informação	0,61%
Memória Social e Bens Culturais	0,61%
Memória e Acervos	0,48%
Ciências Sociais	0,48%
Comunicação	0,48%
Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde	0,48%
Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	0,36%
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	0,36%
Ciência Social (Antropologia Social)	0,36%
Comunicação, Imagem e Informação	0,36%
Sociologia	0,36%
Filologia e Língua Portuguesa	0,36%
Gestão da Informação e do Conhecimento	0,36%
Biblioteconomia	0,36%
Patrimônio Cultural e Sociedade	0,24%
Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	0,24%
Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	0,24%
Ensino de História	0,24%
Psicologia	0,24%

Letras e Linguística	0,24%
Gestão e Avaliação da Educação Pública	0,24%
Literatura e Cultura	0,24%
Engenharia Elétrica	0,24%
Estudos Literários	0,24%
Preservação do Patrimônio Cultural	0,24%
Comunicação e Informação	0,24%
Imagem e Som	0,24%
Comunicação e Semiótica	0,24%
Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento	0,24%
Computação Aplicada	0,12%
Antropologia	0,12%
Gestão de Organizações Públicas	0,12%
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	0,12%
Museologia e Patrimônio	0,12%
Gestão e Desenvolvimento Regional	0,12%
Desenvolvimento Local	0,12%
Gestão em Sistemas de Saúde	0,12%
Teoria Literária e Crítica da Cultura	0,12%
Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste	0,12%
Engenharia Geotécnica	0,12%
Administração Pública em Rede Nacional	0,12%
Ciência, Tecnologia e Sociedade	0,12%
Sistemas de Gestão	0,12%
Comunicação, Linguagem e Cultura	0,12%
Difusão do Conhecimento	0,12%
Desenvolvimento Regional	0,12%
Ciência, Tecnologia e Sociedade	0,12%
Saúde Pública	0,12%
Direito	0,12%
Arquitetura	0,12%
Arquitetura e Urbanismo	0,12%
Comunicação Social	0,12%
Interdisciplinaridade em Ciências Humanas	0,12%
Memória: Linguagem e Sociedade	0,12%
Justiça Administrativa	0,12%
Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação	0,12%
Educação e Docência	0,12%
Ensino	0,12%

Educação Profissional e Tecnológica	0,12%
Patrimônio, Cultura e Sociedade	0,12%
Linguagens e Representações	0,12%
Políticas Públicas em Direitos Humanos	0,12%
Linguística	0,12%
Arte e Cultura Visual	0,12%
Linguística Aplicada	0,12%
Administração Pública	0,12%
Linguística e Literatura	0,12%
Psicologia Clínica	0,12%
Literatura	0,12%
Segurança Pública	0,12%
Literatura Brasileira	0,12%
Engenharia e Gestão do Conhecimento	0,12%
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	0,12%
Tecnologia	0,12%
História da Ciência	0,12%
Avaliação	0,12%
Gestão de Processos Institucionais	0,12%
Total	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma representação dos temas das 826 pesquisas analisadas, levando em conta os seus títulos, evidencia as palavras arquivo, documentos e acervo, remetendo-nos ao objeto de estudo da Arquivologia (Figura 1).

Figura 1 – Palavras representativas dos temas dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.



Fonte: Elaborado pela autora.

A exemplo de estudos anteriores (MARQUES, 2007; 2018), deveríamos analisar os temas dos trabalhos detalhadamente, considerando os eixos internacionais (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999) e nacionais (JARDIM, 2012) das pesquisas. Contudo, não temos espaço para fazê-lo e apresentamos, a seguir, alguns apontamentos que possam subsidiar novos estudos a respeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a juvenilidade da Arquivologia no Brasil e os desafios de fomento à pesquisa que todas as áreas enfrentam – especialmente as Humanas e as Sociais Aplicadas –, a produção científica arquivística mostra-se significativamente crescente: 826 TCCs, dissertações e teses, produzidos ao longo de 50 anos, em 93 instituições e 94 programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Não se trata apenas de dados quantitativos, como também de uma pluralidade de temas abordados, que combina, simultaneamente, o enfoque no objeto de estudo da Arquivologia e inúmeras possibilidades de diálogos desta com outras áreas e disciplinas. Por questões políticas, institucionais e teóricas, verifica-se a predominância dessas pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, com quase 50% dos trabalhos analisados. A outra metade encontra-se pulverizada em programas de pós-graduação de várias áreas.

A escassez de mestrados e a ausência de doutorados próprios da área, no país, ainda é um grande desafio que ratifica a necessidade de investimento na pesquisa em Arquivologia. A assimetria entre uma produção científica expressivamente crescente em diversos programas de pós-graduação e a exiguidade de *locus* próprio para o seu abrigo na academia ainda remete à subsidiariedade da Arquivologia a outras disciplinas, particularmente à CI.

Dessa maneira, parece que os avanços epistemológicos e teóricos daquela disciplina ainda não têm ressonância político-institucional e reiteram os desafios sobre a construção da identidade arquivística. Assim como no Painel Diálogos da Arquivologia, concluo esta breve comunicação com duas palavras que, para mim, representam os compromissos de pesquisa que devemos assumir e empreender para o robustecimento da disciplina e da comunidade científica que a forma: resistência e fôlego. Sigamos comprometidos com a Educação e a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, out/1973.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.
- BOULLIER DE BRANCHE, Henri. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.
- BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 11 ago. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento**: classificação. Brasília: CNPq, 1984.
- COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finattec, 1999.
- CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos**. Brasília: UnB, 2003.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.
- JARDIM, José Maria. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB, 2014, p. 143-172.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 15-30, 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. (Coleção PPGCI 50 anos: IBICT). 248p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

RODRIGUES, Georgete; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan.-jun. 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção do conhecimento em arquivologia: 1996-2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009.